

Sociedade Educação e Gestão de Excelência/Vila Velha S.A. - SEGEX UVV ON

CNPJ: 37.745.762/0001-27

Relatório da Administração - 31 de dezembro de 2024 (Em reais, exceto indicado de outra forma)

Senhores acionistas e demais usuários,
Submetemos para análise e apreciação o Relatório da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações contábeis relativas ao mesmo exercício e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis.

Contexto operacional

A Sociedade Educação e Gestão de Excelência / Vila Velha S.A. ("Companhia", "SEGEX UVV ON", "Universidade de Vila Velha" ou "UVV") oferece cursos de graduação presencial, pós-graduação lato e stricto sensu, com programas de mestrado e doutorado, cursos de capacitação e aperfeiçoamento de curta duração, programas de extensão, além de cursos de graduação e pós-graduação 100% a distância e híbridos, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

A Universidade de Vila Velha concentra sua maior atividade no campus Boa Vista e na unidade educacional Nossa Senhora da Penha, ambos localizados na cidade de Vila Velha-ES. Nesses espaços são ministrados todos os cursos de graduação presencial, os programas de mestrado e doutorado, além da realização de pesquisas científicas básicas e aplicadas. O local também serve como base para o super polo de Educação a Distância (EaD) no município.

Atualmente, a UVV oferece um total de 64 cursos de graduação, distribuídos em 29 cursos presenciais, 6 híbridos e 29 a distância (EaD). Essa configuração é resultado de uma análise criteriosa da viabilidade econômico-financeira dos cursos, alinhada às diretrizes estratégicas da instituição. A redução no número de cursos EaD e híbridos deve-se, em grande parte, à suspensão, por parte do Ministério da Educação (MEC), da autorização para criação e oferta de novos cursos nessas modalidades e novos polos.

Complementarmente, a UVV conta atualmente com 13 cursos de pós-graduação stricto sensu, distribuídos em 7 programas (PPGs), que abrangem 7 mestrados e 6 doutorados. Em 2024, foram aprovados três novos programas de doutorado, ampliando significativamente nossa atuação nessa formação acadêmica avançada. Todos os cursos são avaliados com notas 4 e 5 pela CAPES, o que reforça a qualidade, consistência e excelência dos nossos programas de pesquisa e pós-graduação.

Com o avanço na consolidação de seus mestrados e expandir sua atuação com novos doutorados, a UVV se posiciona de forma estratégica no cenário acadêmico nacional e amplia sua projeção internacional.

Além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, a Universidade de Vila Velha mantém forte compromisso com a responsabilidade social e o atendimento à comunidade, por meio de ações práticas nas áreas de Nutrição, Educação Física, Estética, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem, Fonoaudiologia, Medicina, Direito, Odontologia, Medicina Veterinária, entre outras. Esses atendimentos são realizados por meio de programas de extensão integrados às atividades práticas dos cursos, em núcleos e clínicas especializadas, reforçando o vínculo entre formação acadêmica e impacto social.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão tem sido fortalecida por projetos interdisciplinares e iniciativas voltadas às demandas da sociedade capixaba. Destacam-se ações como o projeto Transformações Territoriais em Pontal das Garças, o estudo A Violência tem Gênero e Cor: uma proposta interseccional plural, e a iniciativa RevViva: Revitalização dos Espaços Públicos, que evidenciam a atuação da UVV na promoção do desenvolvimento urbano, da equidade e da cidadania.

O campus UVV Highline, situado em uma das áreas mais valorizadas de Vitória, é dedicado exclusivamente à oferta de MBAs e cursos de pós-graduação premium, com foco em negócios e gestão, desenvolvidos para atender às necessidades de grandes Companhias locais e multinacionais instaladas no Espírito Santo, incluindo programas corporativos.

A presença da UVV também se estende por meio de polos próprios localizados nos municípios de Vitória, Guarapari, Linhares e Serra, além de outros 46 polos parceiros distribuídos em diferentes regiões do Brasil, garantindo capilaridade e acesso ao ensino superior de qualidade. A recente redução no número de polos é resultado de uma análise criteriosa de viabilidade financeira e estratégica, que envolveu distritos, substituições e a priorização de unidades com maior potencial de desempenho, produtividade e sustentabilidade.

Dentre os inúmeros cursos de graduação presenciais, destacam-se, em termos de número de alunos e importância estratégica, os cursos de Medicina, Medicina Veterinária, Farmácia, Direito, Ciência da Computação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Odontologia, Biomedicina, Psicologia, Arquitetura, Gastronomia e Relações Internacionais.

Na área de pós-graduação stricto sensu, todos com nota 4 ou 5, a UVV realizou o fortaleceu parcerias de pesquisa e convênios com grandes instituições como Adcos, Perfil, Vale, ArcelorMittal, Petrobras, Cemepar e Suzano, além de um convênio público com a rede de assistência farmacêutica, envolvendo nove Instituições de Ensino Superior do Brasil. Também temos parcerias com a UENF, no Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia Vegetal, e com a UniChapcoé, em Inovação.

A Universidade de Vila Velha é reconhecida por sua excelência acadêmica e desempenho no mercado, destacando-se em diversos rankings e avaliações, tanto no cenário nacional quanto internacional. Com estratégias bem definidas, investimentos em qualidade e total compromisso com a inovação, acumulamos conquistas que refletem a força da nossa missão e a assertividade nas decisões.

É a única instituição do Espírito Santo presente em dois dos rankings mais prestigiados do mundo: o THE Latin America e o THE Impact Rankings. Desde 2018 integra, o Times Higher Education Latin America Rankings, mantendo-nos entre as melhores universidades da América Latina e Caribe, com base em 13 indicadores globais de excelência. Também figura, desde sua criação, no THE Impact Rankings, como a primeira universidade capixaba a aparecer nesse Índice, que avalia ações em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

No ranking QS Stars, um dos mais reconhecidos sistemas internacionais de avaliação, a UVV conquistou 4 estrelas na avaliação global e 5 estrelas nos quesitos Ensino a Distância, Inclusão e no curso de Medicina, sinalizando o alto padrão da nossa oferta educacional.

Na pesquisa científica, é motivo de orgulho com 51 docentes reconhecidos entre os melhores cientistas do mundo pelo AD Scientific Index. Em inovação e empreendedorismo, sobiu de forma expressiva no Ranking Universidades Empreendedoras, passando da 100ª para a 23ª posição nacional, e da 26ª para a 9ª colocação em cultura empreendedora, liderando no Espírito Santo. Essa conquista foi reconhecida pelo Prêmio Sebrae de Educação Empreendedora, na categoria Ensino Superior, graças a iniciativas como a INOVAWEEX.

A participação no programa Centelha, promovido pela FAPES, reforça esse protagonismo: a UVV é líder regional e também nacional no número de cases e projetos aprovados, confirmando sua posição como referência em inovação e empreendedorismo.

Além dos rankings e prêmios, firmou compromissos institucionais de grande valor. É signatário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, reforçando nosso compromisso com a formação cidadã e o desenvolvimento humano integral desde as fases iniciais da vida. Também se destaca no QS LATAM, entre as 100 universidades brasileiras com maior impacto científico — resultado direto do fortalecimento de suas pesquisas, do compromisso com a extensão e da dedicação da comunidade acadêmica e científica.

Essas conquistas não são apenas marcos institucionais: representam a expressão concreta de uma universidade em movimento, conectada com o futuro e com o mundo. Cada avanço reforça o valor da UVV e confirma que ela está no caminho certo, tornando-a referência em qualidade e responsabilidade, transformando o cenário da educação superior no Brasil.

No âmbito nacional, a UVV também se destacou no Ranking Universitário Folha (RUF) e no Guia do Estadão, reconhecimentos que reforçam o seu compromisso com a excelência em educação, pesquisa e inclusão. A realidade econômica do mercado em que a Companhia atua é altamente competitiva, marcada pela presença de grandes redes nacionais, companhias listadas em bolsa e, no cenário local, por concorrentes menores, com preços reduzidos e, em geral, qualidade inferior. Nesse contexto, a UVV mantém-se como principal referência em ensino superior particular no Espírito Santo, avançando com responsabilidade e estratégia em novos mercados, por meio da plataforma UVV ON.

Inicialmente, projetava-se uma expansão mais agressiva, com 160 polos EaD até 2032. No entanto, com a publicação de nova portaria do MEC em 2024, que restringiu a proliferação de polos e passou a exigir maior rigor e qualidade na oferta de cursos — o que favorece instituições com excelência consolidada —, ajustamos nosso plano de crescimento para alcançar 59 polos ativos nos próximos ciclos, em conformidade com as novas diretrizes regulatórias. Essa reavaliação estratégica realinha nosso compromisso com a qualidade acadêmica e a sustentabilidade financeira. Como reconhecimento do esforço, o curso de Estética e Cosmética EaD da UVV recebeu nota máxima (5) na avaliação do MEC — feito alcançado por apenas 6 dos 692 cursos EaD avaliados em todo o país — consolidando nossa posição de liderança também no EaD.

Estatísticas gerais e determinantes

A Universidade Vila Velha (UVV) é a primeira e única universidade particular do Espírito Santo, com atuação pautada na qualidade acadêmica, diversidade de formação, inserção internacional e compromisso social. Em um cenário nacional desafiador, os bons resultados que vêm sendo obtidos pela UVV, referentes aos Enades dos anos de 2024, destacam-se de forma contundente: enquanto apenas 10,4% dos cursos da mesma categoria administrativa atingiram conceitos 4 e 5 no Enade, a UVV obteve um expressivo índice de 83%, consolidando-se entre as melhores instituições de ensino superior do país.

Em relação ao Conceito Preliminar de Curso (CPC), a média nacional de cursos com notas 4 e 5 é de apenas 28,1%, enquanto na UVV esse percentual atinge notáveis 94%. Esses números posicionam a instituição em uma zona de excelência educacional, refletindo a consistência de seus investimentos em qualidade, inovação e corpo docente qualificado.

Entre os destaques recentes, a UVV celebra conquistas marcantes, como o curso de Medicina Veterinária, que obteve o 1º lugar geral no Brasil no CPC, entre todas as instituições públicas e privadas. Odontologia conquistou o 1º lugar no Espírito Santo e o 3º lugar nacional. O curso de Estética e Cosmética EaD alcançou a 10ª posição nacional. Também figuram entre os melhores do país os cursos de Engenharia de Produção (1º lugar), Engenharia Elétrica (4º) e Farmácia (8º) entre as instituições particulares.

No Enade, os resultados reforçam esse desempenho: Medicina Veterinária ficou em 6º lugar no Brasil e 1º no ES, Odontologia alcançou a 14ª colocação nacional geral e 5ª entre particulares, Engenharia Elétrica conquistou o 2º lugar, e Engenharia de Produção, o 8º entre particulares. Estas conquistas colocam a UVV, pela oitava vez consecutiva, como a melhor universidade particular do Brasil, segundo o Enade.

Esse reconhecimento também se reflete nos rankings internacionais. Reconhecida como referência nacional em pesquisa científica aplicada, inovação tecnológica, inclusão social, sustentabilidade e formação humanizada, a UVV realinha sua posição de liderança e excelência. Esses resultados são frutos do trabalho integrado de professores, tutores, preceptores, alunos e colaboradores, que acreditam no poder transformador da educação. Por oito anos consecutivos, segundo indicadores de desempenho do Enade (INEP/MEC), a UVV tem sido apontada como a melhor universidade particular do Brasil — um feito que realinha seu compromisso com a qualidade e o futuro.

No que se refere à empregabilidade de seus egressos, a UVV apresenta um elevado índice geral de empregabilidade, com destaque para cursos que superam 85% de inserção no mercado, demonstrando forte aderência à realidade profissional. Esses dados são rastreáveis e auditáveis, e refletem o comprometimento institucional com a formação de profissionais preparados para atuar com competência e relevância em diversos setores. A universidade mantém um sistema estruturado de acompanhamento e dispõe de informações detalhadas sobre a empregabilidade na área de formação, sempre que necessário.

Esses resultados, tanto acadêmicos quanto profissionais, consolidam a UVV como uma instituição que alia qualidade de ensino, reconhecimento estadual, nacional e internacional e o compromisso com a empregabilidade, formando profissionais prontos para os desafios contemporâneos dos mercados produtivos.

Apontamentos de qualidade e produtividade

Os acompanhamentos da UVV voltados à qualidade e à produtividade são sistêmicos, contemplando as diretrizes fundamentais de compliance, da gestão 4.0, com controles baseados nas normas ISO, além da supervisão permanente dos mantenedores, auditorias regulares e programas de controle externo. A UVV utiliza os mais avançados softwares de Gestão, Tecnologia, Finanças, Controles e Gestão de Pessoas, mantendo foco total em resultados e performance, sendo referência no mercado.

As políticas sociais inclusivas e os cuidados ambientais adotados pela SEGEX no âmbito da responsabilidade social envolvem o uso de tecnologias de reutilização de água, energias limpas, separação de resíduos e coleta seletiva. A instituição mantém programas como acolhida voluntária, treinamento digital, bolsas de estudo para alunos em situação de vulnerabilidade, além de diversas iniciativas de estágios, apoio à empregabilidade de egressos e programas para menores aprendizes. Também oferece aulas gratuitas de inglês para todo o seu corpo funcional.

Adicionalmente, colabora com o Estado e o Município em programas de saúde da família, realizando atendimentos gratuitos a jovens e idosos das comunidades no entorno do campus da Universidade Vila Velha, bem como em campanhas litorâneas em diversas regiões do Estado.

Incremento tecnológico

A UVV cede seu campus ao TRE para a realização das eleições é parceira do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) na digitalização de processos judiciais, fornecendo tecnologia, hardware, técnicos especializados e estagiários de TI.

Os laboratórios de Ciência da Computação e Engenharia da Computação também são disponibilizados para alunos do ensino médio, que participam de projetos e da construção de robôs durante o Inovaweek. Além disso, a UVV desenvolve programas em parceria com a Vale, especialmente nas áreas de realidade virtual e games. Na UVV Highline, há um hub de inovação voltado à incubação e aceleração de startups criadas por alunos. Essas iniciativas tecnológicas inovadoras são conduzidas ao mercado, e bons aplicativos de diversas áreas do conhecimento são lançados e disponibilizados, contribuindo com a sociedade brasileira e o desenvolvimento humano.

Posição em relação ao mercado concorrente

A UVV lidera o mercado de educação superior no Espírito Santo, sendo a melhor IES privada do estado, representando atualmente 34% do segmento de formações profissionais em graduação e pós-graduação, com mais de 81 mil egressos. Atualmente, conta com cerca de 15 mil alunos matriculados e mil colaboradores, incluindo colaboradores ativos, estagiários, residentes, mestres, doutores e pesquisadores.

Perspectivas e ações relacionadas ao futuro do negócio

A Universidade Vila Velha (UVV) projeta um crescimento sólido e estruturado para os próximos anos, com base em resultados consistentes de qualidade acadêmica, empregabilidade e inovação. Alinhada às novas diretrizes do MEC, que reforçam a necessidade de uma expansão responsável da Educação a Distância, a UVV revisou sua projeção inicial e agora prevê alcançar 59 polos ativos de EaD até 2032, priorizando regiões estratégicas e parcerias sustentáveis.

Com o fortalecimento da marca UVV e a consolidação da excelência reconhecida em avaliações nacionais e internacionais, a instituição mantém a meta de expandir sua base de alunos para 30 mil até 2032, ampliando sua presença para além do Espírito Santo. A previsão inclui a criação de quatro novos campi presenciais, sendo pelo menos três localizados em estados vizinhos da região Sudeste, contribuindo para a interiorização do ensino superior de qualidade.

Essa expansão será sustentada por pilares já consolidados: altos índices de desempenho no ENADE e CPC, inserção nos rankings internacionais THE e QS, excelência em cursos EaD (com nota máxima no curso de Estética e Cosmética), forte índice de empregabilidade e reconhecimento em inovação e impacto social. O futuro da UVV será construído com base em qualidade acadêmica, responsabilidade financeira, capilaridade inteligente e compromisso com a transformação da sociedade por meio da educação.

Programas de ampliação

Em 2025, continuará a acelerar a sua atuação também no ensino presencial no município de Linhares, com a implantação do Complexo de Saúde no campus fora de sede. Em 2026, chegará à Bahia, consagrando sua marca em âmbito nacional, construída ao longo de 50 anos de trajetória e muito sucesso, com uma bem-sucedida consolidação no mercado de ensino superior brasileiro e um robusto crescimento orgânico.

A UVV seguirá mantendo o seu controle acionário e consolidando a liderança absoluta no Espírito Santo.

Desempenho financeiro

A UVV manteve seu crescimento sólido em 2024, em um processo de transformação e crescimento orgânico pelo qual vem passando nosso negócio nos últimos cinco anos. Com essa base sólida, os números revelam uma companhia saudável, com enorme potencial e resiliência, além de grande capacidade de adaptação e diversificação dinâmica.

Diante desse cenário e dos desafios relacionados ao crescimento e à inovação, a UVV navegou com segurança e se manteve firme em todos os seus pilares como organização exemplar: Viver, Missão e Valores. Acreditamos que o fato de mantermos nossas estratégias e objetivos nos permitiu enfrentar esse período de mudanças, crescimento e transformação.

Em 2024, não houve movimentações societárias, permanecendo com cinco sócios.

O ano de 2024 foi marcado por conflitos extremos em âmbito nacional e internacional — guerras que geraram insegurança mercadológica — e por eventos climáticos severos no Brasil. Por outro lado, houve avanço significativo da Inteligência Artificial (IA), alcançando áreas essenciais para a sobrevivência humana e abrindo espaço para uma nova era no mundo digital.

A popularização de ferramentas como o ChatGPT influenciou diversos setores da sociedade, como cultura, economia e comunicação.

Após um ano de desempenho econômico positivo — ao menos em comparação com outros países emergentes —, o Brasil iniciou 2024 com diversos desafios: desaceleração econômica, juros elevados e restritivos, inflação e desequilíbrio fiscal. Embora não haja soluções de curto prazo para reverter completamente esse cenário, algumas medidas podem melhorar o acesso à educação superior e reduzir a evasão, como políticas que tornem o ensino mais acessível financeiramente e investimentos na melhoria da educação básica.

Atenta a isso, a UVV tem firmado parcerias com escolas públicas para despertar, nesses alunos, melhores expectativas em relação ao futuro e à profissionalização, preparando-os melhor para o universo acadêmico. Além disso, a inovação no ensino superior, com a oferta de cursos online, flexíveis e híbridos, tem sido uma resposta às expectativas dos estudantes de hoje, que buscam uma experiência de aprendizado mais alinhada com sua vida digital e com a presença da IA.

À medida que o setor evolui, a UVV avança no desenvolvimento de estudos em realidade virtual e na ampliação de programas híbridos, adotando abordagens adaptáveis e orientadas para o futuro, a fim de atender às necessidades em constante transformação dos estudantes e da sociedade como um todo.

A UVV se mostra otimista em relação ao crescimento do setor, percebendo melhora nos processos de captação graças à agilidade nas tomadas de decisão. Os esforços de organização do negócio, ajustados à nova realidade, permitiram atravessar as adversidades econômicas, políticas e sociais, alcançando com solidez novos metas junto ao seu corpo de alunos, docentes, colaboradores, fornecedores e à sociedade.

A UVV registrou R\$251 milhões em Receita Operacional Líquida no ano de 2024, representando um crescimento de 15% em relação a 2023, com um EBITDA normalizado (desconsiderando os efeitos de arrendamentos) de 32%. O desenvolvimento da instituição é constante e está focado tanto na expansão do ensino presencial quanto no avanço do EaD e dos cursos híbridos.

A UVV preserva e mantém seu compromisso com o crescimento responsável e melhoria contínua da operação, entregando resultados de excelência aos seus alunos, colaboradores e à sociedade.

A qualidade da UVV está presente em todas as ações, baseada na entrega, satisfação, orgulho e êxito. A UVV é uma companhia que vem alcançando patamares elevados em avaliações de órgãos certificadoras, mantendo-se com nota máxima junto ao MEC, entregando um produto educacional de alta qualidade ao mercado e colaborando positivamente com o futuro do Brasil.

Governança corporativa

A UVV trabalha em constante aprimoramento organizacional e respira inovação, avaliando o ambiente mercadológico e os cenários em que se insere, monitorando os resultados e o desempenho atuais e futuros, além do cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

Há uma incessante busca pela excelência, tendo como pilares o nosso corpo técnico-administrativo e docente, por meio de programas de treinamento e desenvolvimento humano organizacional, como o Manager School, destinado especificamente aos líderes, onde são abordados temas teóricos e práticos. Outro destaque é o cuidado com a saúde mental, prezando pelo bem-estar dos colaboradores.

Destaca-se também o programa TEAMWORK, que promove a integração corporativa e oferece treinamentos para todo o quadro organizacional, com o objetivo de garantir a manutenção contínua do crescimento profissional, a coesão entre as equipes e a capacidade de adaptação às constantes mudanças do mercado. Dessa forma, buscamos não apenas o aperfeiçoamento individual, mas também a consolidação de uma cultura organizacional forte e alinhada às demandas atuais e futuras.

Como companhia de capital fechado e familiar, a SEGEX UVV ON busca continuamente manter elevados padrões de governança corporativa, baseados em princípios que privilegiam a transparência, equidade no tratamento dos sócios, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Os valores organizacionais, missão e visão corporativa são reforçados nos regulamentos internos e no Código de Conduta. Conta com um canal seguro e ouvidoria ativa, que asseguram a efetiva aplicação dessas diretrizes e contribuem para a construção e manutenção de um ambiente de trabalho íntegro, ético e alinhado aos princípios institucionais.

A partir de 2020, passou a contar com a execução de auditoria externa independente como ferramenta de elevação dos seus níveis de governança corporativa, cujo relatório dos auditores independentes apresenta-se a seguir, em anexo às demonstrações contábeis.

A UVV entende que os assuntos relatados por seus auditores independentes não afetam significativamente as operações da Companhia e serão devidamente tratados até o encerramento do exercício subsequente.

Atenciosamente,

Jose Luiz Dantas da Silva
Presidente SEGEX UVV ON

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Sociedade Educação e Gestão de Excelência/Vila Velha S.A.
Vila Velha - ES

Opinião sobre ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade Educação e Gestão de Excelência / Vila Velha S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima apresentadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Educação e Gestão de Excelência / Vila Velha S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

a) Desreconhecimento contábil de ativo contingente – Efeito de comparabilidade

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 8, a Companhia efetuou o desreconhecimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$36.312 mil referente a ativo contingente, relacionado à processo judicial para ressarcimento de cota patronal do INSS cujo processo não havia transitado em julgado a favor da Companhia, porém este ativo contingente era indevidamente apresentado como componente da rubrica de "Despesas antecipadas, adiantamentos e outros créditos". Dessa forma, o prejuízo do exercício de 31 de dezembro de 2024 foi afetado por despesas no montante de R\$36.312 mil, montante este correspondente a resultados de exercícios anteriores, assim como o ativo não circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 tem suas comparabilidades afetadas por este montante, uma vez que o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023 continha ativos indevidamente registrados que deveriam ter sido baixados em exercícios

anteriores e assim componente da rubrica de prejuízos acumulados. A Companhia optou por não realizar a correção de forma retrospectiva, sem atender desta forma os critérios da NBC TG 23 (R2) - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

b) Correção de exercícios anteriores no imposto de renda diferido, sem a devida reapresentação dos saldos comparativos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu tributos diferidos ativos no montante de R\$6.452mil, decorrentes de diferenças temporárias, dos quais o montante de R\$2.796 mil corresponde a correção de erro da ausência de registro deste ativo em exercícios anteriores, referentes substancialmente às diferenças temporárias de provisão para perdas de créditos esperadas. A Companhia optou por não realizar a movimentação de forma retrospectiva, sem atender desta forma os critérios da NBC TG 23 (R2) - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, gerando prejuízos de comparabilidade em relação aos saldos comparativos. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7, chamamos atenção que a Companhia possui transações e saldos relevantes e manteve transações significativas com partes relacionadas sendo que estas transações são realizadas em condições acordadas entre as partes. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram por nós auditados, cujo relatório, datado de 17 de julho de 2024, continha ressalva quanto aos assuntos mencionados nos itens "a", e "b" da seção "Base para opinião com ressalvas" do presente relatório, bem como ressalva sobre o não cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) referentes a empréstimos e financiamentos e correlato reflexo de comparabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e se consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiania, 17 de junho de 2025
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Thiago Henrique Vasconcelos Crisol
CRC GO-001.661/F-9 Contador CRC 1SP-332.589/O-6T-GO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023				
Em Reais				
	Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes	5	2.665.622	6.748.423	10.653.044
Contas a receber	6	13.169.264	10.833.044	-
Instrumentos Financeiros	11,3	479.126	1.057.114	-
Impostos a recuperar	-	614.103	1.400.156	140.156
Estoques	8	8.348.682	9.000.754	9.000.754
Despesas antecipadas, adiantamentos e outros créditos	7,1	45.172.373	15.812.163	-
Partes relacionadas	-	-	-	-
Total do ativo circulante	70.448.170		43.201.655	
Partes relacionadas	7,1	22.897.512	21.907.791	-
Despesas antecipadas, adiantamentos e outros créditos	8	7.944.118	49.310.618	49.310.618
Depósitos judiciais	8	981.364	692.532	-
Impostos diferidos	22,2	15.357.646	8.742.644	-
Imobilizado	9	30.043.113	29.616.461	-
Intangível	-	898.028	936.763	-
Direito de uso	10	15		

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(9.114.042)	(2.962.114)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22 (3.357.870)	(1.051.329)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	22 6.452.099	5.858.346
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6.019.813)	1.844.903
Quantidade de ações no exercício	1.184.376,860	1.184.376,860
Lucro (Prejuízo) por ação	(0,005083)	0,0015576

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em Reais		
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6.019.813)	1.844.903
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	(6.019.813)	1.844.903

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em Reais			
	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.843.769	(66.776.770)	(54.933.001)
Lucro líquido do exercício	-	1.844.903	1.844.903
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.843.769	(64.931.867)	(53.088.098)
Prejuízo líquido do exercício	-	(6.019.813)	(6.019.813)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.843.769	(70.951.680)	(59.107.911)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa de para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em Reais		
	31/12/2024	31/12/2023

Atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(9.114.042)	(2.962.114)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa:		
Depreciação de imobilizado	3.607.189	3.199.841
Amortização de direito de uso dos arrendamentos e intangível	9.975.829	13.058.639
Juros sobre empréstimo e financiamentos	21.391.751	19.096.708
Juros sobre arrendamentos	19.747.161	23.110.568
Ganho na repactuação de dívidas	-	(2.450.636)
Valor justo de derivativos (Swap)	(479.126)	9.437
Provisão ou reversão para contingências	1.105.968	4.854.068
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.577.972	3.531.438
Reversão de outros créditos a recuperar (INSS patronal)	36.312.320	-
Baixa líquida de ativo imobilizado	80.470	287.000
Atualização sobre saldos de partes relacionadas	(149.591)	-
Varições dos ativos e passivos operacionais	(4.094.191)	(5.781.150)
Contas a receber	140.156	(111.445)
Estoques	433.011	(86.840)
Despesas antecipadas, adiantamentos e outros créditos	5.706.252	(20.275.645)
Operação de partes relacionadas	5.019.791	(15.612.163)
Depósitos judiciais	(288.832)	(119.785)
Fornecedores	538.155	242.781
Obrigações trabalhistas	(2.486.191)	2.319.258
Obrigações tributárias	1.825.506	(1.948.824)
Adiantamento de clientes	(1.419.451)	657.596
Outras contas a pagar	(258.311)	107.335
Pagamentos de demandas judiciais	(1.294.774)	-
Impostos pagos	(3.294.272)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	84.582.376	21.126.067
Atividades de investimento		
Adições do imobilizado e intangível	(9.298.787)	(7.844.691)
Cessão de mútuos com partes relacionadas	(10.755.100)	-
Recebimento pela venda de ativos a partes relacionadas	-	(82.109)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(20.052.887)	(7.926.800)
Atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamentos	(24.815.536)	(31.658.886)
Captação de empréstimos	154.202.520	159.186.556
Empréstimos pagos, principal e juros	(178.194.006)	(126.424.217)
Antecipação de dividendos	(19.794.831)	(12.937.989)
Pagamento de derivativos	(9.437)	(2.908.325)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(68.611.290)	(14.742.861)
Redução da caixa e equivalentes de caixa	(4.082.801)	(1.543.594)
Caixa e equivalentes de caixa		
no início do exercício	6.748.423	8.127.799
no final do exercício	2.665.622	6.748.423
Redução da caixa e equivalentes de caixa	(4.082.801)	(1.379.376)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em reais, exceto indicado de outra forma)		
--	--	--

1. Contexto operacional
A Sociedade Educação e Gestão de Excelência/Vila Velha S.A. - SEGEX UVV ON ("Companhia", "UVV" ou "SEGEX UVV ON"), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua José Perna Medina, n.º 195, SALA 1304, Edif. Unique Business, Praia da Costa, na Cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 37.745.762/0001-27.

A Companhia foi fundada em 08 de julho de 2020, em tal com patrimônio constituído pela incorporação de parte do acervo líquido da associação da Sociedade Educacional do Espírito Santo Universidade Vila Velha - Sedes UVV ES ("Sedes").

A UVV, tem objeto a prestação de serviços na área de educação, incluindo educação superior, graduação, pós-graduação lato e stricto sensu, pesquisa e extensão, atividades de apoio à educação (exceto caixas escolares), treinamento de informática, treinamento de desenvolvimento profissional e gerencial, educação profissional de nível tecnológico, educação profissional de nível técnico, ensino de esporte e atividades esportivas.

1.1. Viabilidade econômica e continuidade operacional
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorreu no período, um prejuízo antes dos impostos de R\$9.144.042 (R\$2.962.114 em 2023), um prejuízo ao fim do exercício de R\$6.019.813 (lucro líquido de R\$1.844.903 em 2023). Patrimônio Líquido negativo em R\$59.107.911 (R\$53.088.098 em 2023), e capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$6.121.005 (R\$164.278.319 em dezembro de 2023), principalmente em virtude da movimentação de reorganização societária (Nota Explicativa 18.3), vide Nota Explicativa n.º 12. Ressalta-se que, embora a instituição tenha apresentado prejuízo no exercício, as operações no exercício de 2024 registrou um aumento de 12% no faturamento bruto, podendo ser observado:

	31/12/2024	Δ	31/12/2023
Receita bruta dos serviços prestados	316.437.063	12%	277.026.303

Adicionalmente a Aumento substancialmente a geração de caixa operacional que totalizou R\$84.582.376 em 2024 versus R\$21.126.067 gerados em 2023 e conta com sucesso em seu planejamento financeiro, abaixo descrito, bem como apresentou redução de 16 p.p na "Relação dívida líquida / patrimônio líquido" (Nota Explicativa n.º 24.a).

A Administração possui Plano de Negócios até o ano de 2032, favorável com projeção de geração de lucro para os próximos exercícios, com crescimento médio esperado de aproximadamente 12,8% a.a. em relação ao faturamento, atrelados a estratégia. A atuação no ensino presencial para o município de Linhares para segundo semestre de 2025, sendo um Campus fora de sede voltado para área da Saúde. Avançando com maior faturamento ligado à área da saúde, "medicina" tem ticket médio de aproximadamente R\$8.600,00, historicamente mais elevado em relação aos demais cursos em grade de ensino de graduações. Entende-se que este movimento irá representar um aumento na formação do lucro líquido de em torno de R\$28MM, ações estas para viabilidade econômica em ano calendário de 2025.

Em conjunto com aumento do Faturamento, está desde 2023 realizando uma engenharia interna para redução em custos e despesas em torno de R\$30milhões/ano, que resolverá uma alavancagem financeira de aproximadamente R\$58milhões. Vale ressaltar que também realizou no ano de 2023 um alongamento da dívida financeira junto as instituições financeiras e, com isto, poderá ter uma melhora significativa prevista já para o ano de 2025. A Companhia entende que várias ações em conjunto farão com que o seu EBITDA projetado seja superior e alinhado com o plano de expansão.

2. Base de elaboração
2.1. Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis vigentes no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira (Lei no 6.404/76), alterada pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como volume de vendas, compromissos futuros de entrega, dados contratuais, seguros, questões ambientais, volume de fluxo de alunos e outros relacionados, inclusive, à atual pandemia, não foram auditados.

2.2. Base de mensuração
As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração considerando o pressuposto da continuidade normal de suas atividades, considerando o custo histórico como base de valor, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir, exceto quando especificado de outra forma (citar exemplos de situações ao valor justo/mercado referenciando nota). O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de serviços.

2.3. Moeda funcional
Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todas as informações apresentadas foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Data de aprovação das demonstrações contábeis
A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela diretoria da Companhia em 17 de junho de 2025.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Instrumentos financeiros
Ativos financeiros
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
---	---

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, exceto se a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide Nota Explicativa nº 26). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:
A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:
Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros
Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:
A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, amortizado pelo recebimento de caixa de outros quotistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado conforme a NBC TG 25(R2)/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na Nota Explicativa n.º 24.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa
As disponibilidades são registradas pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e não excedem ao valor de realização. São representados por disponibilidades em moeda nacional em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez utilizadas pela instituição para gestão financeira e liquidação de seus compromissos de curto prazo.

3.3. Reconhecimento da receita de contratos com clientes
A Administração reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

a) Receita de prestação de serviços
A receita de serviços é somente reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e enquanto: Os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

3.4. Contas a receber
a) Contas a receber de mensalidades
As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços arrecadados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.
As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b) Provisão para perdas esperadas de créditos
É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Companhia para fazer face a eventuais perdas na realização dos recebíveis decorrentes de mensalidades e de cheques em cobrança, considerando os riscos envolvidos. É calculada pela administração, quando existe evidência objetiva de perda, considerando o fluxo de caixa esperado.
Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Administração reduz o valor contábil para seu recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida, de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.5. Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC
A Administração registra como despesas operacionais os encargos educacionais decorrentes dos contratos de financiamento garantidos pelos alunos que aderiram ao FGEDUC, consoante a portaria normativa n.º 21 de 21 de outubro de 2010, portaria normativa n.º 14 de 28 de junho de 2012 e portaria normativa n.º 3 de 3 de janeiro de 2014. Os encargos educacionais somam em média 5,63% da receita oriunda dos alunos que possuem adesão ao FGEDUC pelo FIES e para os alunos do novo fies da caixa econômica federal somam em média em 14,57% da receita.

3.6. Imobilizado
É demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear pelas taxas mencionadas na Nota Explicativa n.º 8. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados, em contrapartida, ao resultado do exercício, quando incorridos dentro de cada período.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.7. Intangível
Refere-se a gastos associados à aquisição do direito de uso de softwares de propriedades de terceiros, que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se for o caso. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

3.8. Arrendamentos
A caracterização de um contrato como, ou contendo, um arrendamento mercantil está baseada na substância econômica do contrato na data de início de sua execução. Um contrato é considerado (ou contém) um arrendamento quando seu cumprimento depende da utilização de um ativo específico, e transfere ao arrendatário o direito de uso desse ativo, ainda que o ativo não esteja explicitamente identificado no contrato. Arrendamentos mercantis financeiros, que transferem à Companhia ou às suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, são capitalizados no início do contrato, pelo valor justo do bem arrendado ou, se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Ao custo do ativo são acrescidos, quando aplicável, os custos diretos iniciais incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento financeiro são alocados entre encargos financeiros e a redução do passivo de arrendamento, de forma a se obter uma taxa de juros constante sobre o saldo devedor remanescente. Os encargos financeiros são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado do exercício. Os ativos arrendados reconhecidos são depreciados ao longo de sua vida útil econômica estimada. No entanto, na ausência de razoável certeza quanto à obtenção da propriedade ao final do contrato, a depreciação é realizada pelo menor prazo entre a vida útil estimada do ativo e o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado do exercício, conforme o regime de competência. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía apenas compromissos relacionados a arrendamentos operacionais, substancialmente com partes coligadas, referentes à locação de campus universitários.

3.9. Impairment de ativos não financeiros
Os ativos sujeitos à amortização são revisados quanto à possibilidade de perda por *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida na medida em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este, por sua vez, é definido como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa separadamente identificáveis, denominados Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

A Administração definiu como Unidade Geradora de Caixa a totalidade das atividades da Companhia. Na avaliação da Companhia, não há indícios de que os valores contábeis dos ativos não serão recuperados por meio da geração de fluxos de caixa futuros provenientes da operação.

3.10. Outros ativos
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado de forma confiável. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização for esperada no curso normal das operações da Companhia ou no prazo de até 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são classificados como não circulantes.

3.11. Fornecedores
As contas a pagar a fornecedores representam obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso normal das operações da Companhia. Essas obrigações são classificadas no passivo circulante quando seu vencimento ocorre dentro do período de até 12 meses após a data do balanço. Quando o vencimento ultrapassa esse prazo, são apresentadas no passivo não circulante. Inicialmente, essas obrigações são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas pelo valor correspondente à fatura emitida pelo fornecedor.

3.12. Outros passivos
Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. São classificados como circulantes quando sua liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

3.13. Ajuste a valor presente
Os ativos e passivos monetários, quando aplicáveis, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos e passivos com necessidade de ajuste ao valor presente.

3.14. Provisões
Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.15. Tributação
a) Sobre a renda
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, pelas taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados periodicamente e serão reduzidos enquanto sua realização não seja provável.

b) Incentivos fiscais - Prouni
O Programa Universidade para Todos (Prouni) foi criado em 2004 por meio da MP n.º 213/2004 e Lei n.º 11.096/2005 e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

Segundo o artigo 8º da Lei n.º 11.096/2005, a instituição que aderir ao Prouni ficará

informações sobre os riscos de amortização dos passivos nesse prazo, incluindo detalhes sobre os *covenants* (tal como natureza e quando deve cumprir-lo), seu valor contábil e possíveis dificuldades em cumprí-los. Não houve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações à IAS 7 — Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgações Acordos de Financiamento de Fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente a NBC TG 03 (R3)) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente a NBC TG 40 (R3)) - Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Não houve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/ NBC TG 02 (R3) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e NBC TG 37 (R5) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

- em vigor para demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2025. Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que incorpora alterações do *Lack of Exchangeability* do IASB, afetando a NBC TG 02 (R3) e a NBC TG 37 (R5). As mudanças definem o conceito de moeda conversível e orientam o tratamento de moedas não conversíveis, exigindo que a conversibilidade seja avaliada na data de mensuração. Se a moeda não for conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio que reflita as condições de mercado, utilizando a taxa que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa em caso de múltiplas taxas. Além disso, enfatiza a necessidade de divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários entendam os impactos financeiros e riscos associados.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/ NBC TG 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28/ NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

- em vigor para demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2025. Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico NBC TG 18 (R4) e à interpretação Técnica ICPC 09 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. A atualização da NBC TG 18 (R4) permite a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensurar investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, harmonizando as práticas contábeis sem gerar impactos materiais. A ICPC 09 foi atualizada para alinhar sua redação às normas atuais, pois não tinha correspondência direta com as normas do IASB e estava desatualizada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

- em vigor para as demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2027 com aplicação retrospectiva a da adoção antecipada não é permitida no Brasil.

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente a NBC TG 26 (R5)), introduzindo novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado. As entidades devem classificar receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, o IAS 7 (equivalente a NBC TG 03 (R3)) foi alterado para modificar o cálculo dos fluxos de caixa e remover a opcionalidade na classificação de dividendos e juros.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações contábeis primárias e notas explicativas às demonstrações contábeis.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

- em vigor para as demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis adotem requisitos de divulgação reduzidos, mantendo os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões IFRS. Para ser elegível, uma entidade não pode ter instrumentos patrimoniais negociados publicamente e deve ser uma controlada conforme o IFRS 10 (NBC TG 36 (R3)), não ter responsabilidade pública e ter uma controladora que prepare demonstrações contábeis consolidadas compatíveis com os padrões IFRS, disponíveis ao público. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia.

Projetos em andamento e concluídos recentemente IASB, que demandam atenção da administração e stakeholders

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Esta norma substitui a IAS 1 e busca aprimorar a apresentação do desempenho das entidades na demonstração do resultado. A IFRS 18 introduz subtópicos definidos, exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) e estabelece novos princípios para a agregação e desagregação de informações. Essas mudanças visam melhorar a comunicação financeira com os investidores, promovendo mercados de capitais mais eficientes. Embora a norma não altere a mensuração do desempenho financeiro, ela melhora a apresentação e a divulgação, oferecendo uma estrutura consistente para análise e permitindo flexibilidade nas métricas divulgadas aos seus usuários. Os novos requisitos aumentam a transparência e fornecem informações mais eficazes para a tomada de decisões.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente a NBC TG 32 (R4)) - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois;

- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, pois esta não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo e sua regulamentação foi sancionada pela LC 214 em janeiro de 2025. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

4. Uso de estimativas

A elaboração de demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, provisão para riscos de créditos, depreciações, provisões para contingências e a realização de tributos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas periodicamente.

a) Perdas esperadas de créditos

As perdas esperadas de créditos para ativos financeiros são baseadas em premissas de risco fundamentadas no histórico de realização da carteira, considerando a performance de recuperação dos recebíveis após o vencimento. Essa metodologia tem sustentado as estimativas de perdas com elevado grau de assertividade, em conformidade com os requisitos da NBC TG 48. A Nota Explicativa n.º 5 apresenta a sua composição detalhada.

b) Determinação da vida útil do imobilizado e intangível, e valor residual

A Companhia tem como procedimento revisar, anualmente, a vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado e do intangível com base em avaliações técnicas de especialistas, com o objetivo de:

- (i) determinar a vida útil dos ativos segundo sua capacidade normal de uso e, também, considerando a expectativa de utilização dos mesmos nas operações;
- (ii) identificar alterações na forma de uso e manutenção dos ativos que possam afetar a vida útil dos mesmos;
- (iii) determinar o valor residual dos ativos para os quais se espera recuperação financeira ao final da vida útil; e
- (iv) identificar ativos que apresentem evidências de que estejam registrados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda.

Informações sobre a revisão da vida útil e valor residual são apresentadas na Nota Explicativa n.º 3.6.

c) Teste de recuperabilidade de ativos (Impairment)

Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (venda) e os fluxos de caixa futuros descontados a valor presente (uso).

d) Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades e utiliza-se de provisões para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres avaliações técnicas de seus assessores jurídicos. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	1.817.837	2.517.466
Aplicações de liquidez imediata	847.785	4.230.957
Total	2.665.622	6.748.423

As aplicações financeiras correspondem a operações de liquidez imediata, sem expectativa de perda de valor relevante, compostas basicamente por Certificados de Depósito Bancário (CDB) de renda fixa, com rendimento de 99% do CDI em 2023 e 100% do CDI em 2024.

6. Contas a receber

São valores provenientes dos serviços prestados pelas atividades educacionais da instituição.

	31/12/2024	31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes - Anuidades (a)	1.209.368	-
Contas a receber de clientes - Crédito educativo	38.215	244.478
Contas a receber de clientes - Mensalidades	21.725.856	18.634.770
Total	22.973.439	18.879.248
Provisão para perdas de crédito esperadas	(9.804.175)	(8.226.203)
Total	13.169.264	10.653.045

(a) A variação no saldo de contas a receber, referente aos valores de cartão de crédito, entre 2023 e 2024, foi consideravelmente elevada devido a um fator específico que ocorreu em 2023. No ano de 2023, a Companhia optou por realizar uma antecipação no recebimento dos valores de cartões de crédito, o que resultou em um saldo de contas a receber mais baixo no final desse exercício.

Já em 2024, não houve a mesma antecipação, o que gerou um aumento natural no saldo de contas a receber, uma vez que os valores não foram recebidos de forma antecipada e, portanto, permanecem em aberto até a data de pagamento.

Em resumo, a principal causa dessa variação é a diferença no tratamento do fluxo de recebimentos entre os dois anos, sendo que em 2023 houve uma antecipação significativa e, em 2024, a ausência dessa antecipação causou o aumento do saldo a receber.

6.1. Composição do contas a receber por vencimento

	Mensalida- des	FIES	Total - 31/12/2024	Mensalida- des	FIES	Total - 31/12/2023
A Vencer	4.494	297.496	301.990	3.693	244.478	248.171
Vencidos até 30 dias	1.880.102	1.381.632	3.261.734	1.545.041	1.135.406	2.680.447
Vencidos de 31 até 60 dias	1.435.317	1.381.632	2.816.949	1.179.523	1.135.406	2.314.929
Vencidos de 61 até 90 dias	1.228.584	1.376.170	2.604.754	1.009.633	1.130.917	2.140.550
Vencidos entre 91 dias até 120 dias	1.049.415	87.351	1.136.766	862.394	71.784	934.178
Vencidos entre 121 dias até 150 dias	865.435	87.351	952.786	711.202	71.784	782.986
Vencidos entre 151 dias até 180 dias	256.394	87.351	343.745	210.701	71.784	282.485
Vencidos a mais de 180 dias a 360 dias	9.398.898	255.260	9.654.158	7.723.882	209.769	7.933.651
Vencido acima de 360 dias	1.900.557	-	1.900.557	1.561.851	-	1.561.851
Total	18.019.196	4.954.243	22.973.439	14.807.920	4.071.328	18.879.248

6.2. Provisão de perdas de esperadas de crédito

A provisão para perdas esperadas de créditos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, cheques em cobrança e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida.

A evidência objetiva de perda é observada na análise dos percentuais históricos (índices) de recuperação de valores em abertos, considerando o período de maturação na carteira de clientes, bem como as expectativas de renegociações com os alunos ao longo dos semestres e nos períodos de rematrícula. Os cálculos resultaram na provisão dos títulos vencidos conforme as regras adotadas para o cálculo.

Destaca-se que a Administração avalia o histórico de títulos mantidos a receber junto a entes públicos decorrentes de programas de financiamento estudantil, e não observa flutuações significativas de inadimplência ao longo dos exercícios, desta forma sendo os valores a receber oriundos desta modalidade ponderados em média de inadimplência efetiva para mensuração da provisão para perda esperada de créditos.

A avaliação de risco de perdas aplicadas na provisão de crédito líquida duvidosa conforme detalhamento a seguir para o exercício de 2024 e 2023, com a formação do aging list atualizada considerando a segregação dos títulos:

Descrição	%
Vencidos até 30 dias	5%
Vencidos entre 31 dias até 60 dias	10%
Vencidos entre 61 dias até 90 dias	15%
Vencidos entre 91 dias até 120 dias	30%
Vencidos entre 121 dias até 150 dias	40%
Vencidos entre 151 dias até 180 dias	50%
Vencidos a mais de 180 dias	75%
Vencidos acima de 360 dias (referente a parcelas de 2019)	100%
Total	(9.804.175) (8.226.203)

6.3. Movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo na abertura do exercício	(8.226.203)	(6.310.034)
(Provisão) reversão	(3.000.210)	(3.531.438)
Uso da provisão	1.422.238	1.615.269
Total	(9.804.175)	(8.226.203)

9. Imobilizado

9.1. Movimentação do imobilizado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Biblioteca	Laboratórios	Clínicas	Outros bens móveis	Imobilizado em andamento	Total
Custo										
Saldo em 31/12/2022	14.305.325	12.253.569	21.152.292	2.762.582	12.529.181	8.367.528	1.054.324	349.356	169.707	72.943.864
Adição	-	872.278	5.142.754	835.567	173.463	337.641	-	-	-	7.361.703
Baixa	-	-	-	(432.067)	-	-	-	-	-	(432.067)
Saldo em 31/12/2023	14.305.325	13.125.847	26.295.046	3.166.082	12.702.644	8.705.169	1.054.324	349.356	169.707	79.873.500
Adição	5.195.200	859.610	1.881.441	930.375	76.114	41.771	-	-	-	8.984.511
Baixa (i)	(4.870.200)	(8.814)	(18.493)	(305.247)	(3.302)	-	-	-	-	(5.206.507)
Saldo em 31/12/2024	14.630.325	13.976.642	28.157.994	3.791.210	12.775.456	8.746.940	1.054.324	349.356	169.707	83.651.955
Depreciação acumulada										
Saldo em 31/12/2022	(309.238)	(9.915.007)	(17.078.635)	(1.184.583)	(11.943.132)	(5.638.958)	(796.014)	(336.698)	-	(47.202.265)
Depreciação	(208.704)	(577.822)	(990.496)	(491.414)	(144.567)	(710.026)	(68.287)	(8.525)	-	(3.199.841)
Baixa	-	-	-	145.067	-	-	-	-	-	145.067
Saldo em 31/12/2023	(517.942)	(10.492.829)	(18.069.131)	(1.530.930)	(12.087.699)	(6.348.984)	(864.301)	(345.223)	-	(50.257.039)
Depreciação	(282.238)	(594.922)	(1.313.818)	(562.498)	(141.522)	(642.153)	(3.808)	-	-	(3.607.189)
Baixa	-	-	192	255.194	-	-	-	-	-	255.386
Saldo em 31/12/2024	(800.180)	(11.087.751)	(19.382.758)	(1.838.234)	(12.229.221)	(6.415.213)	(1.506.454)	(349.031)	-	(53.608.841)
Imobilizado líquido em 31/12/2023	13.787.383	2.633.018	8.225.915	1.635.152	614.945	2.356.185	192.023	4.133	169.707	29.616.461
Imobilizado líquido em 31/12/2024	13.830.145	2.888.891	8.775.237	1.952.976	546.236	2.331.727	450.130	325	169.707	30.043.113

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve movimentação de compensação de saldos de aproximadamente de R\$4.870.200 mantidos em benfeitorias em imóveis de terceiros e saldos antecipados a partes relacionadas, conforme divulgado em Nota Explicativa n.º 24 - Transações não caixa.

Adicionalmente no exercício de 2024 ocorreram aquisições para o Campus da Universidade. Cabe mencionar que a Companhia não possuía ativos em garantia.

10. Arrendamentos

A Companhia arrenda imóveis, esses arrendamentos normalmente possuem duração acima de 12 meses, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano ou conforme negociação entre locador e locatário, para refletir os valores de mercado. Os arrendamentos dos imóveis foram em suma firmados durante o período de 2022 e reconhecidos no início da vigência dos contratos.

O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxa média 13,36% a.a., sendo esta taxa a que melhor reflete o ambiente econômico da Companhia para a aquisição de um ativo em condições semelhantes.

a) Os saldos e movimento dos arrendamentos foi conforme segue:

	Ativos de direito de uso	Arrendamento a pagar
Saldo em 31/12/2022	173.928.501	(153.301.503)
(+) Reconhecimento contratos arrendamento	422.938	(422.938)
(-) Amortização arrendamento		

observando o regime de competência, com as devidas retenções legais.

13. Obrigações trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e ordenados a pagar	2.823.005	3.987.798
Provisão de férias e 13º a pagar	5.927.433	7.112.161
INSS a recolher	3.500.807	3.624.210
FGTS a recolher	1.198.514	1.255.568
Outras obrigações	781.662	737.875
Total	14.231.421	16.717.612

14. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias registram as retenções incidentes sobre pagamentos realizados a funcionários e a terceiros, cujo recolhimento é de responsabilidade da instituição. Tais recolhimentos são efetuados pontualmente, em conformidade com as determinações da legislação vigente.

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF sobre salários	3.437.840	2.489.002
PIS e Cofins a Recolher	1.124.743	101.693
Impostos retidos - PIS/Cofins/CSLL	44.022	54.038
ISS	676.315	653.098
IRPJ e CSLL a recolher	63.598	-
Total de obrigações tributárias	5.346.518	3.297.831
Parcelamentos municipais/estaduais	-	177.073
Parcelamentos federais – previdenciários	1.066.856	1.049.366
Total de obrigações tributárias	6.413.374	4.524.270
Circulante	5.401.418	34.749.044
Não circulante	1.011.956	1.049.366

14.1. Parcelamentos

A Companhia aderiu ao parcelamento especial REFIS dos débitos previdenciários até R\$15.000 com data de adesão em 10/11/2017 no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, consistindo em parcelamento de 145 meses.

	31/12/2024	31/12/2023
Em 2024	-	393.094
Em 2025	393.094	393.094
Em 2026 a 2030	673.762	440.251
Total de obrigações tributárias	1.066.856	1.226.439

15. Adiantamento de clientes

Referem-se aos recebimentos antecipados das matrículas referentes ao período letivo seguinte e dos recebimentos antecipados mensais referentes a boletos de mensalidades que ainda não tenha ocorrido o fato gerador da emissão da nota fiscal, ou seja ainda não teve a prestação do serviço.

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos de clientes	5.061.023	6.480.474
Total	5.061.023	6.480.474

15.1. Composição dos adiantamentos de clientes por idade de vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
Em até 30 dias	3.651.920	4.676.163
De 31 a 90 dias	557.425	713.764
De 91 a 180 dias	552.447	707.390
De 181 a 360 dias	296.267	379.360
Acima de 360 dias	2.964	3.797
Total	5.061.023	6.480.474

16. Provisões riscos e contingências

A Companhia é parte em processos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e políticas internas, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, são constituídas provisões para riscos, incluindo principal e encargos. Estas provisões são consideradas pela Administração como suficientes para cobrir prováveis perdas. As provisões para riscos estão representadas por:

	31/12/2024	31/12/2023
Contingências Tributárias	17.313.442	16.542.698
Contingências Trabalhistas	3.327.000	4.154.954
Contingências Cíveis	672.655	804.623
Total	21.313.097	21.502.275

16.1. Movimentação - Provisões riscos e contingências

Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.648.207
Provisão	18.379.172
(-) Pagamentos	(13.525.104)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.502.275
Provisão	1.105.596
(-) Pagamentos	(1.294.774)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.313.097

Reconhecido contabilmente o processo Administrativo 15586720337/2014-84 na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no valor de R\$17.313.442, se referem a processo de cobrança de débitos tributários relacionadas a IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Os processos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, classificados com perda possível estão apresentados por:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	-	-
Trabalhistas	45.000	53.792
Cíveis	672.655	184.115
Total	717.655	237.907

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social subscrito, em 31 de dezembro de 2024, é composto por 1.184.366.860 Ações Ordinárias, pelos Acionistas da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023			
	Nº ações ordinárias	%	em R\$
Acionistas			
Jose Luiz Dantas da Silva	338.395.531	28,572%	3.383.955
Adriana Dantas da Silva Siviero	338.395.531	28,572%	3.383.955
Angela Dantas da Silva Oliveira	169.195.266	14,286%	1.691.953
Luciana Dantas da Silva Pinheiro	169.195.266	14,286%	1.691.953
Lenora Dantas da Silva Vescovi	169.195.266	14,286%	1.691.953
Total	1.184.376.860	100,00%	11.843.769

Reorganização societária

A estrutura societária da companhia permaneceu inalterada no exercício de 2024, refletindo as mesmas condições observadas em 2023, sem ocorrência de mudanças relevantes.

17.2. Distribuição de lucros

Em 31 de dezembro de 2024 não houve distribuições de lucros, apenas antecipações em montante de R\$ R\$19.794.831 conforme divulgado em Nota Explicativa n.º 7.1.

17.3. Reorganização societária e reserva de lucros a realizar

Conforme informações supracitadas nas Notas Explicativas n.º 17.1 e 17.2, não houve alterações societárias para o exercício corrente e os saldos de reserva de lucros a realizar serão recompostos por meio de lucros a serem auferidos em exercícios subsequentes.

17.4. Reserva legal

Ao encerramento do exercício, derivado da reorganização societária citada nos tópicos anteriores, a Companhia já apresentava situação de reserva de lucros a constituir razão pela qual não foi constituída a reserva legal nos termos da lei.

18. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é após a dedução dos descontos, abatimentos e dos impostos sobre o faturamento.

	2024	2023
Receita - Cursos de graduação	291.371.775	257.551.659
Receita - Pro-uni	12.140.883	10.440.362
Receita - Cursos de pós-graduação	9.507.843	5.780.668
Receita - Cursos de mestrado	3.295.977	3.236.647
Receita - Cursos de extensão	120.586	16.965
Total	316.437.064	277.026.301
Cancelamentos e abatimentos	(39.967.275)	(29.597.610)
Gratuidades concedidas - Prouni	(12.150.884)	(10.437.877)
Gratuidades concedidas, Convênio Fapes, Bolsas e gratuidades UVV (i)	(1.324.490)	(531.732)
FGEDUC	(2.339.589)	(2.133.197)
ISS	(8.103.046)	(6.928.171)
PIS/Cofins	(1.535.002)	(1.307.656)
Total	(65.420.286)	(50.936.243)
Total receita operacional líquida	251.016.778	226.090.058

(i) Refere-se a bolsas de estudos que a Companhia, concede aos alunos por meio bolsas de estudos e gratuidades concedidas. Para as bolsas de estudos Prouni estão exclusivamente vinculadas ao Programa Universidade para Todos (Prouni), com o objetivo de fomentar o ensino a estudantes de baixa renda, dentro de suas obrigações legais respeitando a legislação vigente para cada modalidade, conforme prevê a Lei Federal de nº 12.868 de outubro de 2013.

19. Custo dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas e comerciais por natureza

	2024	2023
Salários, Férias 13o e encargos sociais - Docentes	(112.104.939)	(95.823.213)
Salários, Férias 13o e encargos sociais - administrativo e comercial	(5.396.909)	(19.913.766)
Serviços de terceiros	(9.474.956)	(8.104.506)
Materiais de consumo	(5.726.553)	(5.641.764)
Aluguéis e condomínios (i)	(972.882)	(1.567.498)
Manutenção	(9.216.506)	(9.068.288)
Água e energia	(3.585.724)	(3.002.158)
Viagens e estadias	(478.717)	(568.874)
Depreciação e amortização	(13.583.018)	(16.258.482)
Consultorias e assistências técnicas	(16.524.153)	(16.456.559)
Tributos e taxas	(1.517.587)	(2.079.007)
Provisão para perda esperada de crédito	(1.561.518)	(1.916.169)
Perda efetiva no recebimento de mensalidades	(1.470.554)	(1.219.135)
Demandas judiciais	(36.198.241)	(5.600.052)
Brindes e premiações	(42.083)	-
Combustíveis	(242.983)	(212.660)
Propaganda e publicidade	(2.851.183)	(3.196.068)
Outras	(6.372.380)	(6.033.532)
Total	(224.620.886)	(196.661.731)
Custos dos serviços prestados	(143.570.571)	(130.308.862)
Despesas gerais e administrativas	(75.167.060)	(60.021.496)
Despesas comerciais	(5.883.255)	(6.331.373)

(i) No exercício de 2022 a Companhia iniciou a operação do pagamento do contrato de aluguel com a Marazul no valor mensal de R\$2.100.000 por meio da escrituração do contrato de arrendamento (depreciação arrendamento e juros de arrendamento).

20. Outras receitas operacionais

	2024	2023
Resultado na alienação de ativo imobilizado	268.814	155.067
Receitas diversas – Clínica veterinária	3.629.620	2.491.916
Mensalidades de exercícios anteriores	665.965	638.677
Outras	3.372.173	1.891.073
Total	7.936.572	5.176.733

21. Resultado financeiro

	2024	2023
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	53.142	2.137.572
Multas recebidas de clientes	1.685.044	1.328.745
Ganho por renegociação de dívida	-	2.450.636
Ganho em operação de instrumentos financeiros	7.208.733	-
Juros e descontos recebidos	1.140.111	145.966
Total de receitas financeiras	10.087.030	6.062.919
Juros passivos	(288.917)	(81.094)
Tarifas e despesas bancárias	(1.449.238)	(1.299.750)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(21.391.751)	(19.096.708)
IOF sobre operações financeiras	(364.955)	(32.536)
Operação Swap	(10.011.514)	(9.437)
Juros de arrendamento	(19.747.161)	(23.110.568)
Total de despesas financeiras	(53.533.536)	(43.630.093)
Total de resultado financeiro, líquido	(43.446.506)	(37.567.174)

22. Imposto de renda e contribuição social

22.1. Reconciliação da alíquota efetiva

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.792.242)	(2.962.114)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição pela alíquota fiscal combinada (Adições/Exclusões)	-	-
Movimentação de contingências	(375.903)	(1.658.592)
Provisão para perda esperada de créditos	536.510	373.506
Outras adições e exclusões	13.680.771	(162.139)
Operação contrato de arrendamento	1.152.692	2.498.554
Antes das compensações de prejuízos fiscais	14.994.070	1.051.329
Isenção Prouni (i)	(11.636.200)	-
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	3.357.870	1.051.329
Alíquota efetiva	-34,29%	35,49%

i. Isenção do IRPJ e da CSLL referente ao PROUNI, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB);

22.2. Composição e movimentação de tributos diferidos

	31/12/2024	Efeito no resultado	31/12/2023	Efeito no resultado	31/12/2022
Derivativos SWAP - Empréstimos	-	(1.303.580)	1.303.580	314.749	988.831
Provisão para perda esperada de crédito	3.333.420	3.333.420	-	-	-
Provisão para contingências	7.385.885	3.269.099	4.116.786	1.903.317	2.213.469
Operações com arrendamentos	4.638.341	1.316.063	3.322.278	3.322.278	-
Total impostos diferidos ativos (A)	15.357.646	6.615.002	8.742.644	5.540.344	3.202.300
Operação Contrato Arrendamento	-	-	-	318.002	(318.002)
Derivativos Swap - Empréstimos	162.903	(162.903)	-	-	-
Total de impostos diferidos passivos (B)	162.903	(162.903)	-	318.002	(318.002)
Total de IR e CS diferido no resultado do exercício (A+B)	15.520.549	6.452.099	8.742.644	5.858.345	2.884.298

23. Instrumentos financeiros

a) Gestão de risco de capital

A Companhia administra o capital, para assegurar a continuação de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na Nota Explicativa n.º 11 (a), deduzidos pelo

saldo de caixa e equivalentes de caixa na Nota Explicativa n.º 5) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital, reservas de lucros).

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	168.384.835	170.984.570
Caixa e equivalentes	(2.665.622)	(6.748.423)
Dívida líquida (excedente de caixa)	165.719.213	164.236.147
Patrimônio líquido	(59.107.911)	(53.088.098)
Relação dívida líquida / Patrimônio líquido	-36%	-32%

b) Categorias de instrumento financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes	2.665.622	6.748.423
Contas a receber	13.169.264	10.653.045
Partes relacionadas	68.069.885	37.519.954
Fornecedores	3.596.754	3.058.601
Arrendamentos a pagar	140.300.241	145.176.123
Empréstimos e financiamentos	168.384.835	170.948.570

Passivos financeiros marcados a mercado

Instrumento financeiro – Swap taxa de empréstimos	-	9.437
Ativos financeiros marcados a mercado		
Instrumento financeiro – Swap taxa de empréstimos	479.126	-

Objetivos da gestão do risco financeiro

A Companhia monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacamos risco de mercado (variação nas taxas de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros não derivativos e avaliando e controlando riscos de crédito e liquidez.

Gestão de risco de mercado

9629 UVV - BALANCO 2024.pdf

Código do documento: 9629



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

22 ago. 2025, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 9629

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2025-08-22T00:02:39-03:00

22 ago. 2025, 00:02:39 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2025-08-22T00:02:39-03:00

22 ago. 2025, 00:02:39 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2025-08-22T00:02:39-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 024c68910ba693906d9a6908271e650975aba0f870fec4db7fc0dfa9468fdb53

[SHA512]: b511a38a99a459e5e222b84d17a1682ee560923943c36382b10c63a0d9ed69e771c8fd467ba0b829ed0e063a27927d56c6badc179e8f48626d052433e23289f5

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB